

## Moeda Verde: Juarez volta a ser vereador

11 de junho de 2008

Menos de um ano depois de ser cassado, político recuperou a vaga na Câmara da Capital ontem.

11/06/2008 Cassado no dia 3 de julho de 2007 sob a acusação de quebra de decoro parlamentar, Juarez Silveira reassumiu seu mandato de vereador por Florianópolis às 17h50min de ontem. Por 2 votos a 1, em uma sessão que durou 27 minutos, a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça (TJ) julgou ilegal todo o processo de cassação promovido pelo Conselho de Ética da Câmara de Vereadores, sem entrar na análise das acusações contra o parlamentar. Não estamos abonando a conduta de quem quer que seja - afirmou o desembargador Cid Goulart, que, junto com o colega César Abreu, opinou pela procedência do pedido dos advogados Nilton João de Macedo Machado e Guilherme Scharf Neto. O voto do desembargador Goulart não se limitou a analisar uma ou duas ilegalidades do tortuoso processo de cassação. São inúmeras. O processo é, e era, manifestamente nulo - afirmou Scharf Neto. Entre os pontos contestados pela defesa estão a participação da Mesa Diretora na votação da cassação, a ausência de lei específica para regulamentar o processo de perda de mandato, a falta da ampla defesa e o início do processo com base em um ofício encaminhado pelo juiz federal Zenildo Bodnar. Único voto divergente, o relator Orli Rodrigues afirmou que não viu ato que pudesse gerar a nulidade da cassação, que, para o desembargador, seguiu "todos os preceitos do direito de defesa". - A tese da defesa é sedutora, mas não me atrai - resumiu Rodrigues ao apresentar seu voto, ratificando posição assumida em sessão anterior. Abreu, que havia votado contra o retorno de Juarez, mas mudou de opinião ao conhecer o voto de Goulart, apresentado na semana passada, manteve o entendimento mais recente. Resultado: por 2 votos a 1 o vereador acusado pela Polícia Federal (PF) de ser o chefe de uma suposta quadrilha de servidores públicos volta à Câmara respaldado pelo TJ, a mais alta corte do Judiciário. Da decisão cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. A procuradoria da Câmara já avisou que vai iniciar novo processo de cassação. A sessão da Segunda Câmara encerrou pouco antes das 15h. Juarez não acompanhou o julgamento e foi informado do resultado por telefone. Por volta das 17h, o vereador e os advogados chegaram à Câmara acompanhados de dois oficiais de Justiça. Presidente da Câmara recebe ordem de posse imediata O grupo seguiu para o 110 andar, na sala do presidente Ptolomeu Bittencourt Júnior (DEM), que recebeu a ordem de empossar Juarez imediatamente. Já na condição de vereador, Juarez informou que não participaria da sessão itinerante que estava marcada para a noite de ontem, nos Ingleses, no Norte da Ilha. Mas garantiu que, hoje, vai retomar o seu assento no plenário da Câmara de Vereadores e fazer um longo discurso para marcar o seu retorno. Juarez Silveira e Marcílio Ávila (PMDB) perderam os mandatos sob a acusação de envolvimento na Operação Moeda Verde, da Polícia Federal, que investigou supostas irregularidades na concessão de licenças ambientais na Capital. Ambos foram indiciados, mas negam as acusações da polícia. (joao.cavallazzi@diario.com.br) JOÃO CAVALLAZZI Entenda o caso

No dia 3 de julho de 2007, em sessão secreta, a Câmara da Capital cassou os mandatos dos vereadores Juarez Silveira e Marcílio Ávila por quebra de decoro parlamentar, após o envolvimento de ambos em irregularidades detectadas pela Operação Moeda Verde, da Polícia Federal.

Ambos recorreram da decisão à Justiça. Ávila chegou a obter uma liminar para retornar ao cargo, reassumiu, e renunciou no dia seguinte. No entanto, a procuradoria da Câmara conseguiu anular a posse e a renúncia de Ávila, que permanece com os direitos políticos cassados.

A defesa de Juarez optou por outra linha, recorrendo ao Tribunal de Justiça para anular a cassação. O julgamento iniciou em dezembro de 2007 e foi suspenso, sete vezes, por pedidos de vista dos três desembargadores que compõem a Segunda Câmara de Direito Público.

Ontem, na última sessão, os desembargadores Cid Goulart e César Abreu mantiveram o voto pela anulação da cassação; o relator Orli Rodrigues foi contra, mas o placar final de 2 a 1 garantiu o retorno de Juarez ao Legislativo da Capital.

Cronologia

2007

Dia 29 de abril

A delegada Julia Vergara pede a prisão temporária de 22 suspeitos de participar de esquema de compra e venda de licenças ambientais e até mudança de leis e atos administrativos por vereadores para beneficiar grandes empreendimentos.

3 de maio

A Operação Moeda Verde foi deflagrada. Documentos e computadores foram apreendidos em órgãos públicos, empresas e residências. A Justiça Federal expediu 22 mandados de prisão temporária.

Dia 15 de outubro

Julia Vergara entrega o relatório final à Justiça Federal. Nos documentos são indiciadas 54 pessoas entre empresários, funcionários públicos e políticos.

Dia 23 de outubro

O juiz Zenildo Bodnar decide encaminhar o inquérito da operação, com o nome dos 54 indiciados, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, porque o prefeito Dário Berger foi incluído na lista de acusados.

8 de fevereiro de 2008

O desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, do TRF-4 suspende, provisoriamente, o indiciamento de Dário Berger (PMDB) no inquérito da Moeda Verde.

Situação atual

Os três desembargadores que vão decidir se o processo deve, ou não, voltar para Santa Catarina estão analisando as 743 páginas do relatório da Polícia Federal. Eles avaliam o caso desde dezembro de 2007 e não há prazo para o julgamento. Fonte: diario.com.br

Postado por Candice Strelau, do Eco & Ação, em 11/06/2008.

([www.ecoeacao.com.br](http://www.ecoeacao.com.br))